



**ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO**



D E S P A C H O

Renomeio o Deputado(a) *Professor Júnior Geo*
do Projeto de Lei nº *291*/2020, na Comissão de
Constituição, Justiça e Redação.

Sala das Comissões, *23* de *fevereiro* de 2021.

Assinatura manuscrita em azul do Deputado Ricardo Ayres.

Deputado **RICARDO AYRES**
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação

DESPACHO

Solicito encaminhamento dos autos do PL n. 291/2020, de autoria do Senhor Deputado Léo Barbosa que, “Dispõe sobre o Programa de Saúde da Mulher Privada de Liberdade”, à Procuradoria Geral deste Poder, para análise e Parecer Jurídico.

Sala das Comissões, em 16 de março de 2021.



Deputado **PROFESSOR JÚNIOR GEO**
Relator



**ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO**

PROCESSO: PL 291/2020

AUTOR: DEPUTADO LÉO BARBOSA

ASSUNTO: PL 291/2020

Parecer Jurídico nº 075/2021/PJA/AL

Sr. Procurador Geral,

PROPOSIÇÃO E JUSTIFICATIVA

Despacho da Relatoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação encaminha a esta Procuradoria, para emissão de parecer jurídico, o Projeto de Lei nº 291/2020, que dispõe sobre o Programa de Saúde da Mulher Privada de Liberdade.

Segundo a justificativa de fls. 03/04, “A iniciativa preocupa-se em cuidar dos problemas ginecológicos, de alta vulnerabilidade a contaminação por IST (infecções sexualmente transmissíveis), além de minimizar a incidência de AIDS proporcionalmente superior à da população feminina em geral e à dos presídios masculinos, cujos indicativos nos levam a concluir tratar-se de uma séria questão de saúde pública. Abandonadas pela família com maior frequência que os homens presos, o programa pretende conceder às mulheres um tratamento para as que sofrem com a separação dos filhos, muitas vezes deixados em situação precária, desencadeando profunda carga de depressão”.

Pontua ainda que “em relação as que atravessam o período de gravidez, o Programa em destaque prevê o aumento da cobertura e da qualidade na assistência pré-natal, tão precária no sistema atual, e a melhoria da assistência na hora do parto e dos estágios posteriores”.



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO COMPETÊNCIA E INICIATIVA

A Constituição da República consagra sistema federativo, outorgando aos Estados membros a prerrogativa de se organizarem administrativamente, com autonomia relativa, de acordo com seus interesses, observados o texto constitucional e legislação federal vigente.

O sistema federativo preconizado pela Constituição Federal avaliza tal entendimento:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos **autônomos**, nos termos desta Constituição.

Art. 25. **Os Estados organizam-se** e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição (grifos nossos)

Contudo, o próprio texto constitucional ressalva que essa autonomia administrativa atribuída aos Estados membros passa pela observância dos princípios e regras constitucionais e da legislação federal pertinente e de abrangência nacional.

Isto significa dizer que os Estados membros possuem autonomia administrativa limitada aos regramentos federais, principalmente às normas constantes da Constituição da República.



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Ressalte-se que o art. 23, II c/c art. 24, XII da CRFB, dispõem que os Estados possuem competência material e legislativa para tratar da saúde, vejamos:

“Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

(...)

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

(...)

§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 4º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.”



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Nessas circunstâncias, respeitando-se as normas gerais da União não haverá inconstitucionalidade quanto à matéria.

Destaque-se também que em âmbito federal há a Lei 8.080/1990, que trata do Sistema Único de Saúde, e em seu art. 2, diz que a saúde é um direito fundamental, vejamos:

“Art. 2º A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.”

Portanto, podemos perceber que a matéria em debate pode ser tratada no âmbito estadual, já que não fere as normas federais.

Frise-se que o tema em debate não trata de direito penal em si, uma vez que esse PL não cria normas penais, fato que respeita a competência privativa da União segundo o art. 21, I, da CRFB.

Ademais, insta salientar que caso o entendimento seja de que esse PL está relacionado ao direito penitenciário não haverá inconstitucionalidade, já que os Estados podem legislar concorrentemente sobre tal direito, conforme o art. 24, I da CRFB.

Por fim, saliente-se que a matéria não é de iniciativa privativa do Poder Executivo, logo o Poder Legislativo também é legitimado para este tema.

Ocorre que há flagrante ilegalidade no PL 291/2020, haja vista que o art. 4 informa que “as despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento, suplementadas se necessário”.

Ora, este artigo é extremamente vago e não respeita a legislação financeira pátria, uma vez que não diz de onde sairá a verba



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

necessária para a implementação da política pública e nem prevê o impacto orçamentário-financeiro nas contas do Estado.

Neste aspecto, vale destacar o artigo 16, I e II c/c art. 17, §1º ambos da LC 101/2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal, vejamos:

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o caput deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

Não atendendo as condições impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, os atos que criam despesas são considerados não autorizados, irregulares e lesivos ao patrimônio público.



ESTADO DO TOCANTINS PODER LEGISLATIVO

Dito isto, existem óbices legais para a tramitação e debate do tema do PL 291/2020.

CONCLUSÃO

Mostra-se dispensada, portanto, a análise de mérito da proposição em face aos vícios legais apontados nesse parecer, que impedem sua regular tramitação para final exame plenário nesta Casa de Leis. Por isso, o Projeto de Lei nº 291/2020 deve ser rejeitado e arquivado pela Comissão de Constituição Justiça e Redação.

**Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa do
Estado do Tocantins**, em 10 de abril de 2021.

Assinatura manuscrita de Alcir Raineri Filho em tinta azul.

Alcir Raineri Filho
Procurador Geral da
Assembleia Legislativa

REFERÊNCIA: Projeto de Lei da Casa nº 291 de 2020

AUTOR: DEPUTADO LÉO BARBOSA

ASSUNTO: “Dispõe sobre o Programa de Saúde da Mulher Privada de Liberdade.”

RELATOR: DEPUTADO PROFESSOR JÚNIOR GEO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão, para exame, Projeto de Lei da Casa nº 291 de 2020, de autoria do Deputado Léo Barbosa, que “Dispõe sobre o Programa de Saúde da Mulher Privada de Liberdade”, no âmbito do Estado do Tocantins e dá outras providências.

Na justificativa do projeto, o parlamentar expõe sobre a preocupação sobre os problemas ginecológicos, da alta vulnerabilidade à contaminação por IST (infecções sexualmente transmissíveis), além de minimizar a incidência de Aids proporcionalmente superior à da população feminina em geral e à dos presídios masculinos.

No que se refere às mulheres que estejam grávidas durante o encarceramento, busca-se o aumento da cobertura e qualidade na assistência pré-natal, bem como melhoria na hora do parto e dos estágios posteriores. E tem como objetivo de ampliar as ações de detecção precoce e controle do câncer do colo de útero e da mama, bem como, aprimorar o Programa de Saúde de Mulher detenta..

É o relatório.

II – VOTO



A propositura é de natureza legislativa e, quanto ao poder de iniciativa, o Projeto de Lei não se encontra entre aqueles de iniciativa privativa indicados no art. 27, § 1º da Constituição do Estado, facultando a qualquer deputado apresentar projetos de leis.

A matéria não encontra qualquer óbice constitucional que impeça sua tramitação, conforme se depreende dos seguintes dispositivos da Constituição Federal:

“Art. 196 - A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução de risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.”

“Art. 197 - São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.”

Com base nas normas acima mencionadas, verifica-se que cabe ao Poder Público zelar pela saúde e bem-estar da população tanto em nível municipal, estadual e nacional. Isso porque o direito à saúde, este o direito social mais importante do ordenamento jurídico pátrio, consagrado também no artigo 6º, caput da Carta Magna é irrestrito, incondicional e universal. *In verbis*:

“Art. 6º - São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, à assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”

No entanto, no presente projeto de lei, existe uma ilegalidade quanto à infringência à legislação financeira, quando deixa de informar a origem dos recursos para

implementação da política pública e nem prevê o impacto orçamentário- financeiro nas contas do Estado.

Assim, não foi observado o que preconiza os artigos 16, I e II c/c art. 17, § 1º ambos da Lei Complementar 101/200, a Lei de Responsabilidade Fiscal, quando da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais que acarrete aumento de despesas.

Diante do exposto, **VOTO** pela **REJEIÇÃO** do Projeto de Lei nº 291/2020, na forma apresentada.

É O PARECER.

Sala das Comissões, em 27 de abril de 2021.

Deputado **PROFESSOR JÚNIOR GEO**

Relator



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

DESPACHO

Aprovado o Parecer do Relator(a)
Deputado(a) *Prof. Júnior Geo*, referente
ao *PL* nº *291*/2020, na Comissão de Constituição, Justiça e
Redação.

Encaminhe -se *ao Arquivo*.

Sala das Comissões, *11* de *maio* de 2021.


Deputado **RICARDO AYRES**
Presidente

MEMBROS EFEITIVOS


Dep. **CLAUDIA LELIS**

Dep. **CLEITON CARDOSO**


Dep. **JORGE FREDERICO**


Dep. **PROF. JÚNIOR GEO**

MEMBROS SUPLENTES


Dep. **AMÁLIA SANTANA**

Dep. **ELENIL DA PENHA**

Dep. **OLYNTHO NETO**

Dep. **FABION GOMES**

Dep. **VILMAR DE OLIVEIRA**